



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

ANO III

PASQUIM FEMINISTA
Publicação da COLETIVA FEMINISTA GSEX
ANO III - Nº05

DATA DE FECHAMENTO: 30/10/2024

MARIA MEIRE DE CARVALHO
Coordenadora do projeto

ANA GABRIELA COLANTONI
GABRIELA MAÇALHÃES SABINO
Revisoras do projeto

ANA CAROLA CAVALCANTE
Design e diagramação gráfica



Leticia Garces

UMA CARTA DE AMOR E ABREVIACÕES

Por: Mariah Jullia Alves Monteiro

Tinha uma voz serena, um olhar de pássara, lia as entrelinhas. Um dia, abriu a porta da sala que eu trabalhava, para me oferecer ajuda para fazer uma denúncia, estava com medo, mas não podia temer, era esperado de nós, a coragem, provocávamos a coragem em outras mulheres. Sua sensibilidade com aquele assunto que ainda me sangrava a carne, chegou quando eu mais precisava, quando quase ouvi as vozes que insistiam em me fazer desistir. Sabia que a sua ajuda era muito bem-vinda.

Falei tudo o que estava sentindo. Sua escuta verdadeira não vinha apenas da sua excelência profissional, mas de uma mulher que se via na outra. Nesse dia mais que em qualquer outro, eu também a vi.

Ela ouvia todas as vozes, mesmo as vozes do pensamento, escapadas entre marfins amarelados de café com fel. Mas nos conhecemos bem antes, nosso primeiro encontro, se deu de forma virtual, uma mulher do campo em batalha.

Quando se é mulher, as batalhas, exigem de nós, estratégias extraordinárias, como sorrir enquanto empunha a agulha, o facão ou a caneta.

Lembro-me de um encontro, breve, num intervalo de uma reunião dramática, despedidas dos papéis, a preocupação mais íntima, era quando a gente ia marcar de ir num samba. Tantas sugestões, nunca fomos. Trabalho, esse era o ponto principal de nossos encontros, de nossas mensagens, de nossos desabafos.

O trabalho parecia ser para ela, espaço de lutar por si mesma e por todas nós. Desafiava, tinha sutileza, estratégias. Imagine, uma mulher de terreiro, santo feito, cabeça raspada, papelada bem feita na mão, imprimindo axé na tarefa diária de re existir. Pensei muito sobre sua última mensagem, pensava no significado de suas palavras escritas brevemente. Não deu tempo de vê-la.

Jamais repetiria aqui, aquele desabafo, reconheço a nobreza ancestral de minha amiga. Mas por dias pensava nela, e como que em tudo que tocava deixava sua participação generosa, não foi diferente com a reflexão necessária que foi deixada com sua passagem ainda tão jovem, recém-formada, alcançando voos.

Pensei sobre amor, o quanto amamos, o quanto desejamos ser amadas, nossas entregas afetivas, entregas nas lutas que escolhemos e nas que fomos colocadas a contragosto, entregas para a família, entregas infinitas, legado de luta e de amor. O mel é das abelhas, florescer para nutri-las é um constante exercício de adubar e banhar de sol, mas sem água, não resistem, sem flores, sem abelhas, sem mel, perdemos todas. Lembro-me de falarmos de sonhos, uma única vez, sonhos entrecruzados com trabalho, havia tanta cede de justiça, que até mesmo o sonho mais individual de liberdade era também, sonho que não se podia alcançar sozinha. Cada passo de uma caminhada em direção aos sonhos é uma conquista, é uma vitória. Nossos sonhos, anos de nossas vidas, nosso tempo.

Uma vez confessei a ela que se não fosse assistente social, seria cantora, dançarina e atriz. Elegante que era, seria ela uma modelo? Não sei, gostava da política, não quanto a política gostava dela, a política se atenta, quando lhe são devolvidos os incômodos. Comprava roupas na internet e tudo lhe caia tão bem, talvez por isso tenha pensado para ela uma carreira onde fosse visibilizada, tinha brilho em tudo que era e que fazia. O fato é que, apresentava que a luta para existência plena das mulheres compunha seus sonhos, e naquele momento da sua vida mesmo nas horas das mais suprimidas palavras, anunciava ao mundo que seu sonho era também sua contribuição. Não só. Havia prometido de ir vê-la no sábado, enfiada no meio de tarefas infinitas, adiei a visita para quarta.

Não deu tempo de nada. Há muito não chovia. Na terra vermelha, bem ali, no meio do nada, enquanto os seus cantavam, foi aconchegada ao chão uma quartinha d'água, com mel e girassóis.

É difícil falar dela, despedir assim tão cedo, foi e ainda é doloroso, assim como sua vida deixou um legado de coragem para nós, sua partida deixou um legado de questões que atravessam todas nós.

É que também é sonho conseguir ler um livro difícil e conseguir entender. Também é sonho comprar a primeira geladeira, fazer uma viagem em família, conseguir dar uma casa pra mãe, sair do aluguel, andar sem medo, dirigir, ter um jardim, um quintal para as frutas e os bichos, cultuar os ancestrais, tempo para almoçar, conhecer outro país, desfilas no carnaval. Era encantada em diversos sentidos, prezava pela discrição, palavra doce, sobancelha arqueada, ventava.

Seu nome é *Letícia Garces* e eu há reconheço.

"ESPAÇOS CORPORIFICADOS": CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE LETICIA GARCES

Por: Ana Colantoni e Maria Meire de Carvalho



E o tempo da vida não nos permite dar um tempo, muito menos ele ouviu o nosso pedido: não se vá, espere mais um pouquinho...Na nossa visão privilegiada, heteronormativa e afetiva, nós lamentamos a perda precoce de Leticia Garces. Sem despedidas ela se foi. Ficamos órfãs da nossa companheira de lutas, nossa colaboradora nas escritas da Pasquim Feminista, nossa gsexiana aguerida.

Leticia que tanto lutou por sua vida e por outras vidas, partiu precocemente. Mas, ela nos deixou um legado de contribuições, reflexões conceituais e teóricas. Sua monografia de graduação, do curso de direito, UFG Campus Goiás trouxe informações significativas, inclusive de que a expectativa de vida de mulheres trans é de 35 anos. Logo, pensar em sua morte precoce significa salientar que ela cumpriu mais alguns anos dessa expectativa das pessoas diferentes da dita "norma". Nessa monografia, cujo o título principal é "A caverna do dragão" (2021), Leticia denuncia a violência simbólica da denominação usual da cela no presídio de Aparecida de Goiânia que era exclusiva para pessoas trans. Também explicita dados significativos de que 90% das mulheres trans são prostitutas. Nesse sentido, Leticia Garces, advogada, que nasceu no ano de 1980, superou expectativas da sua condição. Assim, sua morte não precoce é só um indício da banalização do mal de nossa cisheteronormatividade. Há avanços... Em sua monografia, ela mostra que a OMS tirou a disforia de gênero da lista de doenças psíquicas e passou para questão de saúde sexual.

Fator importante, que garante às pessoas trans acesso à saúde pelo SUS, sem as considerar como doentes mentais. Doente é nossa sociedade, que, a partir da cisheteronormatividade, adoece pessoas que fogem do padrão considerado como normal. Não permite ao diferente acesso à saúde, à educação, ao trabalho... Educação e trabalho, Leticia teve acesso, mas não às condições adequadas de saúde (física e psicológica). Em abril de 2024, Leticia defendeu sua dissertação de mestrado (UEG) sobre a produção e a reprodução dos espaços: espaços permitidos, espaços negados e o "corpo-mulheres" como um espaço em disputa na sociedade patriarcal.

Ela nos mostra que além das questões de gênero, de raça e classe, há também questões sobre o território. Nesse sentido, pessoas fora dos grandes centros e pessoas fora do sistema cisheteropatriarcal têm menos condições ainda... Sua escolha epistemológica apresenta as restrições do espaço social e político e mostra as engrenagens da manutenção da opressão e das violências machistas e transfóbicas - violências de gênero.

Leticia aponta que essas violências são naturalizadas nos espaços públicos e privados. Assim,ela mapeou a geografia dos corpos nos espaços urbanos e rurais como "espaços corporificados" e foi tipificando as violências visíveis e invisíveis e, ainda trouxe reflexões pertinentes à Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, pois existem subnotificação das denúncias.

Seu pensamento feminista sobre as violências de gênero precisa ser publicizado. Esse texto é um chamado para que Leticia Garces seja lida, pois ela não pode ser só mais um dado de estatística. Importante mencionar que as escritas de Leticia Garces ganharam prêmios e menções honrosas.Leticia Garces deve permanecer viva em nossas memórias, suas inquietações e sua trajetória devem dar a direção da continuidade em prol dos direitos das mulheridades.

DESAFIANDO A INVISIBILIDADE: O DIA DA VISIBILIDADE TRANS NO BRASIL

Por: Leticia Garces de Souza
Advogada, feminista e militante.

publicado em Março de 2024

Hoje, dia 29 de janeiro, marca o Dia da Visibilidade Trans, uma data essencial para refletirmos sobre as experiências e os desafios enfrentados pela comunidade transgênero no Brasil e em todo o mundo. Este dia não é apenas uma celebração da diversidade de identidades de gênero, mas também um lembrete contundente da luta contínua contra a discriminação e a marginalização.

Apesar dos avanços significativos nos últimos anos em termos de reconhecimento e visibilidade das pessoas trans, a realidade da invisibilidade persiste. O Brasil, infelizmente, continua sendo o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo. A cada ano, dezenas de pessoas trans são vítimas de violência e ódio simplesmente por serem quem são. Essa realidade é um claro reflexo do profundo preconceito e da falta de aceitação enfrentadas pela comunidade trans em nossa sociedade.

Além da violência física, as pessoas trans enfrentam uma série de obstáculos em suas vidas diárias. A falta de efetividade dos direitos trans é uma realidade preocupante. Muitas vezes, não existem leis específicas destinadas a proteger os direitos das pessoas trans que são mal implementadas ou ignoradas, deixando a comunidade vulnerável à discriminação em áreas como acesso à saúde, educação e emprego.

Falando em emprego, a falta de oportunidades para pessoas trans é uma questão urgente que precisa ser abordada. A discriminação no local de trabalho é uma realidade comum, com muitas pessoas trans enfrentando dificuldades para encontrar emprego ou sendo forçadas a esconder sua identidade de gênero para garantir sua subsistência. Isso não é apenas injusto, mas também contribui para a marginalização econômica e social da comunidade trans.

Recentemente, temos testemunhado também a luta contra a transfobia institucional, o RG transfóbico e a falta de vagas exclusivas para pessoas trans em concursos públicos nacionais unificados.



Diante desses desafios, é mais importante do que nunca que todes nós nos unamos para combater a invisibilidade e a discriminação enfrentada pela comunidade transgênero e travesti. Devemos trabalhar para criar um mundo onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, sejam tratadas com dignidade, respeito e igualdade de oportunidades.

À medida que celebramos o Dia da Visibilidade Trans e Travesti, é crucial lembrar que nossa luta não termina aqui. Devemos continuar educando, defendendo e agindo em solidariedade com nossos irmãos e irmãs transgêneros e travesti. Somente juntos podemos criar um futuro mais inclusivo e seguro para todes.

LGBTFOBIA É CRIME!

publicado em setembro de 2023

Por: Letícia Garces de Souza

O dia 17 de maio é reconhecido como Dia Internacional contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, a LGBTfobia, equiparada à discriminação por raça, o racismo, e definida na Lei Federal nº 7.716/ 1989 por decisão do Supremo Tribunal Federal - STF em junho/2019. Assim, a partir da decisão, quem ofender ou discriminar gays, lésbicas, bissexuais ou pessoas transgêneros está sujeito a punição de um a três anos de prisão, prevista na Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Assim como o crime de racismo, a LGBTfobia é crime inafiançável e imprescritível. Criminalizar a LGBTfobia foi um grande avanço na proteção da população LGBTQIA+, rumo à cidadania plena e efetiva, mas precisamos continuar na evolução, a fim de prevenir e combater todas as formas de violências contra a população LGBTQIA+ no Brasil que continua liderando o ranking de países que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Outro avanço, foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ - , estabeleceu que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) também deve ser aplicada aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero.

Mas infelizmente, pelo 14º ano seguido, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans; foram 131 em 2022, o que revelou o "Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras", da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais com dados da @antra.oficial, houve um aumento considerável de casos de violência ou assassinato em razão da identidade de gênero ou orientação sexual nos últimos anos. Segundo o dossiê, o perfil das vítimas no Brasil é o mesmo dos outros anos: mulheres trans e travestis negras e empobrecidas, escancarando as violências e opressões que extrapolam a questão de gênero em relação direta com a questão racial: 76% das vítimas eram negras; 24% brancas. A prostituição continua sendo a fonte de renda mais frequente, revelando a falta de oportunidades. Apesar dos avanços, ainda vivemos um momento de epidemia generalizada de violências explícitas contra pessoas LGBTQIA+, mulheres e outros grupos minoritários. Nesse cenário é de suma importância discutir e levar adiante o tema, dar notoriedade, dar visibilidade para o 17 de maio, e combater todas as formas de preconceito e violência.

E lembre-se! Você não precisa ser LGBTQIA+ para lutar por direitos humanos e respeito, para lutar pelo fim de todas as formas de opressão e violência. Vamos juntas!!

Referências: BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. ISBN: 978-85-906774-8-2. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em 10 de mai. 2023. STJ. Superior Tribunal de Justiça. Sexta Turma estendeu proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans. 2022. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx>>. Acesso 10 de mai. 2023. STF. Supremo Tribunal Federal. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso 10 mai. 2023.

AUMENTAR A PUNIÇÃO GARANTE A PROTEÇÃO? UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PACOTE ANTIFEMINICÍDIO (LEI 14.994/2024)

Por: Geovana Lara Clemente Rocha

A Lei 14.994/2024 trouxe mudanças significativas, transformando o feminicídio em crime autônomo e hediondo, elevando a pena mínima de 12 para 20 anos e a máxima de 30 para 40 anos, com possibilidade de atingir 60 anos em casos agravados. Entre as disposições adicionais, há a perda automática de cargos públicos para condenados por feminicídio ou violência doméstica, bem como a proibição de assunção de funções públicas enquanto a pena é cumprida.

A nova legislação também aumenta as penas para crimes relacionados, como lesão corporal, cuja pena mínima foi elevada para 2 anos e a máxima para 5 anos; os crimes de injúria, calúnia e difamação no contexto de violência doméstica agora têm penas dobradas.

A Lei Maria da Penha também foi reforçada, com penas de 2 a 5 anos para descumprimento de medidas protetivas, e a Lei de Execução Penal impõe que a progressão de regime no feminicídio ocorra apenas após o cumprimento de 55% da pena, além de tornar o uso de tornozeleira obrigatório em qualquer benefício de saída. Em caso de ameaça à vítima durante o cumprimento da pena, o agressor poderá ser transferido para um presídio distante. Outro ponto crucial é que o crime de ameaça, em contexto de violência de gênero, agora é processado como ação penal pública incondicionada, permitindo que o Estado atue independentemente da autorização da vítima.

A análise da Lei 14.994/2024, ou “Pacote Antifeminicídio”, nos convida a refletir sobre a eficácia do aumento de penas como solução para combater a violência de gênero. A jurista Maria Lúcia Karam denomina que a intervenção penal, embora justificada como proteção à mulher, acaba se tornando “enganosa, danosa e dolorosa” ao reforçar uma dependência do sistema de justiça que, na prática, não oferece a segurança esperada. Segundo Karam, esse modelo não só cega as mulheres quanto às origens da violência, como também reafirma a lógica patriarcal ao recorrer ao sistema punitivo que historicamente já marginaliza grupos vulneráveis.

Esse modelo de “superproteção” criminalizante, segundo Karam, afasta o protagonismo da mulher, colocando-a em um lugar de vitimização passiva e subestimando sua capacidade de tomar decisões sobre sua própria proteção, o chamado paternalismo penal, que trata a mulher como um ser incapaz de decidir sobre sua própria proteção, delegando ao Estado um papel que deveria estar focado na prevenção, e não apenas na punição. Precisamos de estratégias que vão além do cárcere, que desfaçam as raízes culturais e sociais que sustentam essa violência.

A verdadeira mudança virá quando começarmos a desarticular a violência pela educação, pela conscientização e por uma rede efetiva de proteção às mulheres. Movimentos feministas têm, cada vez mais, direcionado seus esforços para o punitivismo, agora também com o “Pacote Antifeminicídio” como instrumento. Porém, como a própria Karam pontua, “não parecem perceber ou talvez não se importem com o fato de que leis ou quaisquer outras manifestações simbólicas – como explicita o próprio adjetivo ‘simbólico’ – não têm efeitos reais. Leis simbólicas não tocam nas origens, nas estruturas e nos mecanismos produtores de qualquer problema social.” Em outras palavras, essa legislação reforça o controle punitivo sem transformar as bases que sustentam a violência de gênero, delegando ao Estado a responsabilidade de decidir o destino das mulheres, sem proporcionar alternativas de proteção e autonomia. Não temos nada a comemorar.

A violência contra as mulheres só aumenta, e seguimos apostando em uma solução que não resolve: a punição. Embora ela seja necessária em alguns casos, focar apenas no punitivismo é insistir em uma resposta que não dá conta do problema.

Essa abordagem não previne a violência, só age quando já é tarde demais. Não podemos romantizar a ideia de que punir basta; o feminismo não pode se limitar a esperar que a justiça seja feita depois da dor. Quem comete feminicídio ou agressão não pensa na punição no momento do ato. Não pensa que vai pegar 10, 20 ou 30 anos.

O aumento de pena não protege a mulher; ele apenas reforça a ilusão de que a punição é suficiente. A tutela penal patriarcal, que insiste em punir sem prevenir, perpetua um ciclo de controle sobre os corpos femininos sem resolver as causas da violência. Esse é o paradoxo do feminismo punitivista: ele se ancora nas mesmas estruturas que sustentam a opressão que tenta combater. Não será vitória de ninguém se continuarmos a acreditar que punir resolve.

continua ➡



Punição tem raça, tem classe. A quem se destina essa justiça punitivista? São sempre as mulheres negras e pobres que acabam mais vulneráveis, e os homens da mesma classe e cor que lotam os presídios. Essa estrutura não atinge todos da mesma forma, ela reforça as desigualdades que já existem. Não serão todos os homens que sentirão o peso da lei, mas serão as mulheres, especialmente as mais marginalizadas, que continuarão sofrendo com a ineficácia de uma justiça que só age quando o pior já aconteceu.

Precisamos de transformações que toquem nas causas estruturais, e não apenas soluções que perpetuam o ciclo de opressão. Em vez de políticas públicas que promovam autonomia e autoconsciência, assistimos a uma mera intensificação do aparato repressivo, que reafirma a dependência da mulher em relação ao sistema penal, reforçando a ideia de que ela precisa do Estado para ser protegida, e não de uma sociedade que atue coletivamente contra as raízes da violência de gênero. Transformar o feminismo em uma luta pela ampliação de penas é reduzi-lo a uma postura reacionária que não desafia as estruturas. Precisamos de um feminismo radical, que vá à raiz do problema e se oponha a qualquer sistema que controle corpos e vidas. Segurança para as mulheres é uma questão de autonomia e liberdade para todas, não de medo e punição.



CASO CINTIA CHAGAS: A ANTIFEMINISTA QUE SE SOCORREU DAS CONQUISTAS DO MOVIMENTO FEMINISTA.

Por: Izabela Lopes Jamar

Cintia Chagas, a influencer do português correto e que destila “elegância” nas redes sociais foi vítima de violência doméstica praticada pelo seu ex-marido, o deputado estadual da ALESP, Lucas Bove. Ela que se envolveu em polêmicas ao dizer em um Podcast “que as mulheres deveriam ser submissas aos seus maridos” e também por ter sido vaiada durante a Conferência Nacional da Mulher Advogada, por uma ala progressista e feminista de advogadas, justamente, por Cintia pregar contra o feminismo e replicar falas machistas e misóginas em suas redes sociais.

Em depoimento à Polícia Civil no início de setembro, Cíntia registrou ocorrência contra o ex-marido, por violência doméstica, violência psicológica, ameaça, injúria e perseguição. A ocorrência foi lavrada na 3ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) que instaurou inquérito policial e solicitou medida protetiva após os registro dos fatos pela vítima. "

As investigações prosseguem sob sigilo judicial". Segundo a influenciadora, o controle excessivo do acusado sobre sua vida começou já no início do

relacionamento. Porém, o que temos acompanhado é que Cintia foi sim vítima de inúmeras violências e que a Lei Maria da Penha lhe socorreu afastando o agressor de seu convívio e ainda garantido a ela todas as medidas protetivas que lhe eram necessárias a fim de assegurar proteção à sua integridade física, psíquica e moral e, acima de tudo, como uma medida de sobrevivência, servindo de exemplo para todas as mulheres que se encontram na mesma situação, a fim de evitar que um ciclo de violência doméstica evolua para casos mais graves. Mas a pergunta que se faz é: teria Cintia se arrependido de falar contra o feminismo?

Embora Cintia tenha usado sua influência com falas polêmicas e antifeministas, a coalizão feminista saiu em sua defesa, pois houve um movimento nas redes sociais afirmando que ela foi vítima de violência e que nenhuma mulher, mesmo as que professam contra o feminismo, não devem sofrer nenhuma violência! Um movimento de sororidade.

Segundo notícias, Cintia agradeceu à coalizão feminista e se disse emocionada por todo apoio e força que tem recebido do movimento feminista que a acolheu e não a julgou, apesar de suas falas do passado. Pediu desculpas e ainda assumiu o compromisso de usar suas redes para empoderar mais e mais mulheres e que suas falas foram mal interpretadas.

Tem um ditado que diz: quem não vai pelo amor, vai pela dor! Esperamos que outras mulheres não precisem sofrer na pele o que Cintia sofreu para reconhecer o feminismo como projeto de equidade e empoderamento de mulheres e esperamos que Cintia se recupere e viva bem depois de todas as violências que sofreu.

A SUBSTÂNCIA (2024)

E A PERIGOSA OBSESSÃO PELO CORPO PERFEITO: REFLEXÕES SOBRE A INGESTÃO DE OVOS DE TÊNIA

Por: Rafaella Cecílio

A Substância é um filme lançado em 2024, dirigido por Coralie Fargeat. Recentemente, surgiram relatos alarmantes de mulheres comprando ovos de tênia pela internet como método para emagrecer. Essa prática perigosa envolve a ingestão intencional de parasitas que se alimentam dos nutrientes ingeridos, resultando na perda de peso. No entanto, os riscos à saúde são graves. A infecção por esses vermes pode causar problemas como dor abdominal, dores de cabeça intensas, confusão mental, cegueira (dependendo de onde o parasita se aloja), cisticercose e alterações cognitivas e neurológicas irreversíveis, podendo até ser fatal. A busca inconsequente por emagrecimento e a prática arriscada de ingerir ovos de tênia evidenciam como algumas pessoas colocam sua saúde em risco em troca de aprovação social e de um ideal estético inalcançável.

Essa mesma questão é explorada no filme A Substância, recentemente exibido nos cinemas. O filme aborda questões amplamente discutidas sobre a forma como a mulher é vista pela sociedade — com etarismo e outros temas relevantes — e traz um ponto crucial: a busca por validação pelos outros. Elisabeth, protagonista interpretada por Demi Moore, não é apenas uma vítima das circunstâncias, mas também uma agente ativa dos eventos que a envolvem.

O filme reforça essa ideia ao afirmar repetidamente que "vocês são a mesma pessoa" — Sue é uma versão aperfeiçoada de Elisabeth, mas ambas compartilham a mesma essência. Contudo, elas não conseguem encontrar equilíbrio entre si. Cada uma segue para um extremo: de um lado, o culto ao corpo; de outro, a degradação física. Essa dualidade revela a impossibilidade de harmonia entre essas versões da mesma identidade e mostra como a busca por validação externa pode levar à autodestruição. Da mesma forma, mulheres que recorrem a medidas extremas para perder peso sacrificam sua saúde em nome de padrões irreais, reforçando o ciclo autodestrutivo de expectativas sociais inatingíveis.



SAÚDE MENTAL E CLASSE: QUEM PODE REALMENTE SE CUIDAR?

Por: Ana Carola Cavalcante

A saúde mental tem sido tratada como privilégio. Frases como "minha terapia está em dia" refletem uma realidade de poucos. Para grande parte da população, especialmente as mulheres, o acesso à terapia e ao cuidado mental é um luxo. Quem pode pagar por esses serviços? Quem tem tempo para cuidar de si mesma?

Silvia Federici nos ajuda a entender que as mulheres são exploradas não só economicamente, mas emocionalmente também. O trabalho invisível que realizamos dentro de casa e no cuidado dos outros é desvalorizado e visto como "natural". Essa sobrecarga emocional, invisibilizada, é uma das grandes causas do adoecimento mental feminino.

Além disso, a violência contra as mulheres não é apenas física, mas estrutural. Ela está nas condições de vida precárias que muitas enfrentam, sem tempo ou recursos para cuidar da saúde mental. Enquanto as mais privilegiadas conseguem buscar ajuda, as mulheres de classes mais baixas lidam com o peso de múltiplas tarefas, sem suporte.

O capitalismo, como aponta Federici, lucra com o desgaste emocional das mulheres. O trabalho reprodutivo, que mantém a sociedade funcionando, é invisível e não pago. O adoecimento mental é mais um reflexo dessa exploração, onde cuidar da saúde mental é tratado como mercadoria, acessível apenas a quem pode pagar.

A questão da saúde mental, portanto, também é uma questão de classe. Mulheres ricas também sofrem, mas têm acesso a redes de apoio e tratamentos que as protegem. As mulheres pobres, por outro lado, lidam com essa carga sozinhas, adoecendo em silêncio enquanto continuam a manter suas famílias e trabalhos funcionando.

Precisamos exigir que a saúde mental seja um direito, não um privilégio. O autocuidado não pode ser um luxo de classe. Devemos lutar por políticas públicas que garantam acesso universal à saúde mental, para que todas as mulheres possam cuidar de si mesmas e resistir a um sistema que as explora e adocece.

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS DE MULHERES AFRODIÁSPORICAS

Por: Maria Meire de Carvalho e Rosinalda Corrêa S. Simoni

O mês de Novembro se inicia de maneira festiva e logo teremos um importante evento no Rio de Janeiro para o lançamento do "Dicionário Biográfico - Histórias Entrelaçadas de Mulheres Afrodiáspóricas", uma obra relevante, organizado por Thaís Alves Marinho e Rosinalda Corrêa da Silva Simoni, publicado pela Editora Malê com parceria da FLUPRJ.

Com a leitura dessa obra é possível conhecer a biografia de cem (100) mulheres que possuem destaque político, cultural, religioso, social dentre tantas contribuições para comunidades locais e regionais - histórias de mulheres afrodiáspóricas. O dicionário traz as potências das mulheres negras, "um exercício de escavação que uniu pontas, estabeleceu redes e trouxe os vestígios documentais", conforme relata a apresentação da obra, memórias invisibilizadas historicamente, tanto no passado, como no presente. Mulheres Integrantes da Coletiva Feminista GSEX conseguiram publicação de dois verbetes: o primeiro, intitulado "Rosa Gomes: uma rosa e muitas lutas" (Rosa Gomes, mulher que dá nome à nossa PASQUIM FEMINISTA), de autoria da Profa. Maria Meire de Carvalho e da Profa. Vânia dos Santos Silva - Aia Hipácia; o segundo verbete traz como foco a história de vida de "Maria Ovidia de Aquino Bispo - Maria Poteira: memórias de uma artesã do barro", de autoria de Maria Meire de Carvalho.

Compor a escrita dessas cem marcantes histórias de mulheres negras nos faz refletir sobre a grandiosa contribuição das mulheres afrodiáspóricas para a nossa sociedade e como essas mulheres foram negligenciadas do processo histórico que negou a sua visibilidade - um "epistemicídio" - que não permitiu que suas memórias compusessem a história da nossa nação.

Para um maior entendimento da relevância dessa obra, vejam ainda nessa edição, a publicação completa da FLUP RJ - Festa Literária das Periferias - "Quilombo Acadêmico: Histórias de Mulheres Afrodiáspóricas", que ocorrerá entre os dias 11 e 14 de Novembro de 2024, no Circo Voador, Lapa, no Rio de Janeiro.



VOZES FEMININAS

Por: Samantha Ribeiro

No chão em que se pisa, a terra grita,
As raízes são profundas e a luta é aflita.
Entre os requísios das histórias silenciadas,
Ergam-se as vozes das mulheres guerreiras
e sagradas.

Peles de ébano são de força e resistência,
E carregam nas veias a urgência da evidência.
Nos olhares esquecidos o futuro estremece,
Na chama da luta que nunca se esquece.

A coragem das mulheres negras enlouquece
Aqueles que nunca lhe deram crédito.
A dor da luta é a realidade transformada,
Em cada passo firme, uma história negra contada.

Os Feminismos negros, são o pulsar da verdade,
Quebrar correntes, tentando exaltar a igualdade.
A pele é um legado que acompanha o clamor,
E na união das vozes, se encontra o temor.

Quebrar o silêncio e ser ouvida
Na marcha da história, a luta é ungida.
A liberdade é dança, é força, é alegria,
Feminismos negros é resistência e poesia.



**DIAS MULHERES
VIRÃO E ESTÃO
SENDO ESCRITOS
POR TODAS NÓS!**



**COLETIVA
FEMINISTA
GSEX**

acompanhe nossas redes

 @coletivagsex

 Coletiva Feminista GSEX